

Brossard vê 'asneiras' na Constituinte

ALEXANDRE COSTA

Fantasia, desordem mental, irrealismo exacerbado. É esse o estado em que se encontra a Assembleia Nacional Constituinte, segundo afirmou ontem o ministro da Justiça, Paulo Brossard, receoso quanto à possibilidade de ela efetivamente realizar um trabalho eficiente. "É o caso de dizer como um personagem de Molière: pode ser que sim, pode ser que não." Mas a Constituinte só chegou a essa situação, em sua opinião, por causa das sucessivas "asneiras" e "bobagens" defendidas desde o ano passado por entidades importantes, como a Ordem dos Advogados do Brasil. "Pode ser que as coisas amadureçam e levem a um trabalho mais orgânico, e pode ser que não — prosseguiu Brossard,

apontando uma das causas de tudo isso: "Na medida em que os líderes não são prestigiados, as coisas não podem andar bem".

O ministro da Justiça comentou que os problemas atuais da Constituinte decorrem também de "uma sucessão anormal de desvios conceituais, de ausência de uma reflexão mínima". Em todo o ano passado e o começo deste, "era como se estivéssemos em 1789, discutindo o abecê das coisas mais elementares". Como exemplo, Brossard lembrou a "celeuma" levantada pela questão de a Constituinte funcionar ou não em dias em que a Câmara e o Senado também se reunissem. "Isso aí era uma espécie de sacrilégio, e outras bobagens e asneiras dessa ordem. E no entanto entidades, personalidades do maior prestígio sustentavam isso. Tudo isso contribuiu para essa

desordem mental que passou a existir."

O ministro prosseguiu afirmando que "as coisas mais simples, por exemplo, aprovar um tratado, um projeto de lei, a nomeação de um embaixador, o que é uma coisa normal, vulgar, que se resolve com um instante de reflexão, levou meses. Esse tipo de coisa foi alimentada durante meses, e por pessoas as mais ilustres. Foi se criando um estado de irrealismo exacerbado, de fantasia, que não pode produzir bons resultados".

Brossard lembrou as críticas sofridas pela comissão Afonso Arinos, designada pelo Executivo para elaborar um documento com sugestões à Constituinte: "A comissão era uma espécie de estupro constitucional. Eu cansei de dizer: se o trabalho fosse bom, era o caso de os constituintes dizerem 'que bom'. Se fosse médio

cre, era o caso de dizerem 'não valeu a pena'. Se fosse ruim, botar no cesto de papéis. Mas não: a comissão ofendia a soberania da Constituinte, violava, maculava. E quanta gente não disse esta asneira? Disse, repetiu, entrou nos jornais, passou a ser manchete. Quer dizer, total ausência de critérios, de seriedade. As coisas são repetidas, não são pensadas. Quanto maior a asneira, maior a manchete; quanto maior a manchete, maior a reiteração. Mais um instante de reflexão e se diria: não, isso não merece ser publicado, bota fora".

Indagado sobre qual deveria ser o procedimento da imprensa quando um presidente da Ordem dos Advogados do Brasil faz afirmações desse tipo, o ministro da Justiça asseverou: "Mas aí é que está: a OAB deveria saber o abecê do Direito, mas não".

CONSTITUINTES "COVARDES"

Ex-líder do MDB, Brossard notou também que hoje os líderes parlamentares estão muito desprestigiados: "Criou-se um clima de que cada cabeça é uma sentença. Basta verificar que os líderes combinam soluções e depois são surpreendidos por deliberações em sentido contrário. Isso foi largamente fomentado por vocês (da imprensa), quando deram curso, largos espaços para os deputados novos, que não aceitavam 'pratos feitos'. Isso foi manchete, quando em qualquer Parlamento do mundo o antecedente histórico, a tradição parlamentar, a experiência por mais de um mandato, tudo isso constitui hierarquias naturais. Aqui, não. Aqui tudo tinha de ser novo, todos os deputados tinham de fazer parte de todas as comissões, quando não é assim em nenhum Parlamento do mun-

do, pois a comissão é exatamente um resumo. Então, o que está acontecendo é uma resultante daquela confusão inicial".

Para o ministro da Justiça, há muitos constituintes com "medo" com "covardia" de adotar posições próprias: "Tem de acompanhar a tropa, acompanhar a horda. Um tem de ser mais 'avanzado' do que o outro. Um diz mata, o outro diz esfolo. Um diz esfolo, o outro diz enforca, porque tem de ser 'avanzado'".

O ministro Paulo Brossard ficou irritado com a insistência sobre a eventualidade de um golpe militar: "Eu já falei sobre isso dez vezes, e me recuso terminantemente a dar pasto a esta especulação. Já falei dez vezes e se continua a insistir. Parece que se quer criar ambiente psicológico para isso, e eu me recuso a participar desta trama".

Porto Alegre — Ag. Estado

"Falta é vontade de trabalhar"



Túlio Fernandes

Hermes Zaneti corre para o ócio



Túlio Fernandes

Severo Gomes foge do trabalho

Apesar dos reiterados apelos do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para o cumprimento dos prazos regimentais, a fim de que a nova Carta seja promulgada dia 15 de novembro, nenhuma das 24 subcomissões trabalhou ontem, nem mesmo aqueles que marcaram reuniões para o período da manhã. "O que está faltando é seriedade, é vontade de trabalhar" — queixou-se o deputado Adilson Motta (PDS-RS).

A chamada revoada parlamentar foi intensificada ontem, depois de mais uma sessão vazia, encerrada uma hora antes do horário normal por falta de oradores. Ulysses deixou o Congresso por volta das 17h30. Quase ao mesmo tempo viajaram para seus Estados os líderes Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique.

Mas a revoada de políticos e altos funcionários do governo federal em fuga de Brasília, para aproveitarem os feriados da Semana Santa, começou mais cedo. Muitos viajaram já no final da semana passada. Ontem, um dos primeiros a chegar ao aeroporto de Brasília foi o senador Severo Gomes, relator da Comissão da Ordem Econômica, que não funcionou durante toda a semana que passou por falta de quórum. Um pouco antes, o deputado gaúcho Hermes Zanetti suplicava uma vaga no voo para Porto Alegre. Embora sem apelar para o tradicional "sabe com quem está falando", pediu para "falar com o chefe" e pegou o avião.

Enquanto os consti-

tuintes faziam rodinhas no saguão do aeroporto, desfilava uma infinidade de carros oficiais, com passageiros para os mais variados pontos do País.

Na fila de carros, havia desde os oficiais, como um Opala do Banco do Brasil com o tradicional adesivo de "uso exclusivo em serviço", até os de chapa fria — Opala marrom BD-6032, com o general Sampalo. A Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) parecia, na realidade, especialista em transporte aéreo, pois antes do meio-dia já mandara pelo menos quatro automóveis de chapa branca com funcionários para o aeroporto — somente o Fusca de nº 17 fez duas viagens.

A Fundação de Assistência ao Estudante, sigla marcada pelo escândalo do desvio de recursos em consórcio com a Cobal, também participou do curso da Semana Santa, com o carro chapa BC 8597 levando uma funcionária a bordo. Até as 13h30, quatro carros do Ministério da Fazenda haviam feito o mesmo percurso. Mas do curso não participaram apenas carros da esfera federal; havia também alguns do Distrito Federal, como um Opala do Tribunal de Justiça. O segundo carro oficial do Ministério da Justiça era o da presidenta do Conselho Nacional da Defesa da Mulher, órgão que gastou em publicidade, desde sua fundação, mais que o orçamento do Departamento Penitenciário Federal, sem que se saiba, exatamente, o que tem feito em favor da mulher.

As 13h30, descia de outro carro oficial o embaixador Rubem Ricutero, apontado como provável substituto do ministro Marco Maciel no Gabinete Civil. Em outros veículos de chapa branca (FO-4151, FO-4017, FO-2147, FO-4024, FO-4190, BB-7341, FO-4046, FO-5365), alegres funcionários partiam de férias, embora o feriado só comece hoje.

Até as 14h30, haviam embarcado, usando a sala VIP ou seguindo os rumos normais dos passageiros comuns, 25 constituintes, como Euclides Scalco, César Coelho, Ricardo Fiúza, Vicente Bogo, Roberto d'Ávila, Amaury Müller, Hélio Duque, João Calmon, Daso Coimbra, Francisco Amaral, Miro Teixeira, Denizar Arneiro e outros.

(Brasília - Ag. Estado)

Pronto projeto sobre mandato

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Surge a primeira possibilidade de definição do mandato do presidente Sarney: até o dia 28 o relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS), apresentará a proposta de um mandato de cinco anos (a atual Constituição prevê seis), além da mudança de regime político, de presidencialismo para um parlamentarismo em que o presidente da República possua mais poderes. Cinco anos, segundo Fogaça, é a média de preferência dos parlamentares peemedebistas. Isso ele conseguiu avaliar em pouco mais de um mês de trabalhos constituintes. Quanto ao regime parlamentarista, trata-se da preferência da maioria dos deputados e senadores, segundo o relator, embora deva ser discutido um mode-

lo adequado às "peculiaridades políticas" brasileiras.

Na opinião do senador gaúcho, caso venha a ser aprovado, o parlamentarismo deverá ser implantado juntamente com a promulgação da nova Constituição. O relator destacou que não se trata de um pronunciamento, mas apenas de um parecer, a ser submetido posteriormente à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

Com relação ao parlamentarismo, a mais notória voz discordante é do deputado Ulysses Guimarães. Já quanto aos cinco anos de mandato, ontem mesmo surgiu quem condenasse esse prazo. O deputado José Carlos Grecco (PMDB-SP) diz que o ideal é quatro anos, "com direito à reeleição, como ocorre nas grandes democracias ocidentais". Ele acha que cinco "é um período longo".